

**No. 49611\***

**Bolivia (Plurinational State of)  
and  
Portugal**

**Visa waiver Agreement between the Plurinational State of Bolivia and the Portuguese Republic for holder of diplomatic, official, special and service passports. La Paz, 29 March 2010**

**Entry into force:** *20 June 2011, in accordance with article 11*

**Authentic texts:** *Portuguese and Spanish*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Bolivia (Plurinational State of), 1 May 2012*

*\*No UNTS volume number has yet been determined for this record. The Text(s) reproduced below, if attached, are the authentic texts of the agreement /action attachment as submitted for registration and publication to the Secretariat. For ease of reference they were sequentially paginated. Translations, if attached, are not final and are provided for information only.*

**Bolivie (État plurinational de)  
et  
Portugal**

**Accord entre l'État plurinational de Bolivie et la République portugaise concernant l'abolition de visas pour les titulaires de passeports diplomatiques, officiels, spéciaux et de service. La Paz, 29 mars 2010**

**Entrée en vigueur :** *20 juin 2011, conformément à l'article 11*

**Textes authentiques :** *portugais et espagnol*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Bolivie (État plurinational de), 1er mai 2012*

*\* Numéro de volume RTNU n'a pas encore été établie pour ce dossier. Les textes reproduits ci-dessous, s'ils sont disponibles, sont les textes authentiques de l'accord/pièce jointe d'action tel que soumises pour l'enregistrement et publication au Secrétariat. Pour référence, ils ont été présentés sous forme de la pagination consécutive. Les traductions, s'ils sont inclus, ne sont pas en form finale et sont fournies uniquement à titre d'information.*

[ PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS ]

**ACORDO ENTRE O ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA  
E A REPÚBLICA PORTUGUESA  
SOBRE SUPRESSÃO DE VISTOS PARA TITULARES  
DE PASSAPORTES DIPLOMÁTICOS, DE SERVIÇO, OFICIAIS E ESPECIAIS**

O Estado Plurinacional da Bolívia e a República Portuguesa, adiante designados como “Partes”,

Desejando reforçar e desenvolver as relações de amizade e de cooperação existentes entre os dois Estados;

Desejando facilitar a circulação dos seus nacionais titulares de passaportes diplomáticos, oficiais, de serviço e especiais,

Acordam no seguinte:

**Artigo 1.º  
Objecto**

O presente Acordo estabelece a base jurídica para a supressão de vistos para titulares de passaportes diplomáticos, oficiais, de serviço e especiais das Partes.

**Artigo 2.º  
Definições**

Para os efeitos do presente Acordo:

- a) A expressão «passaporte válido» designa o passaporte que, no momento da entrada no território nacional de uma das Partes, tenha ainda, pelo menos, três (3) meses de validade;

- b) A expressão «membro da família» designa o cônjuge da pessoa titular do passaporte diplomático, oficial, de serviço ou especial assim como os descendentes e ascendentes a cargo em conformidade com o Direito aplicável das Partes.

### **Artigo 3.º**

#### **Estadas de curta duração**

1. Os cidadãos da República Portuguesa titulares de passaporte diplomático ou especial português válido podem entrar no território do Estado Plurinacional da Bolívia sem necessidade de visto e aí permanecer por um período não superior a noventa (90) dias por semestre a contar da data da primeira entrada.
2. Os cidadãos do Estado Plurinacional da Bolívia titulares de passaporte diplomático, oficial e de serviço boliviano válido podem entrar no território da República Portuguesa sem necessidade de visto e aí permanecer por um período não superior a noventa (90) dias por semestre a contar da data da primeira entrada na fronteira externa que delimita o espaço de livre circulação constituído pelos Estados que são Parte na Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen de 14 de Junho de 1985, adoptada em Schengen, a 19 de Junho de 1990.

### **Artigo 4.º**

#### **Entrada e permanência**

1. Os cidadãos portugueses titulares de passaporte diplomático ou especial válido, nomeados e acreditados para prestar serviço na missão diplomática ou postos consulares portugueses no Estado Plurinacional da Bolívia ou que sejam nomeados para o exercício de funções junto de Organizações Internacionais no Estado Plurinacional da Bolívia, assim como os membros das suas famílias, titulares de passaporte diplomático, podem entrar e permanecer sem visto no Estado Plurinacional da Bolívia durante o período da missão.
2. Os cidadãos bolivianos titulares de passaporte diplomático, oficial ou de serviço válido, nomeados para prestar serviço na missão diplomática ou postos consulares bolivianos na República Portuguesa ou que sejam nomeados para o exercício de funções junto de organizações internacionais na República Portuguesa, assim como os membros das suas famílias, podem entrar e permanecer sem visto no território da República Portuguesa durante o período da missão.
3. Para os fins constantes dos números anteriores, cada Parte deve notificar a outra da chegada dos titulares de passaporte diplomático, oficial ou especial designados para prestar serviço na missão diplomática, posto consular ou junto de Organizações Internacionais no território das Partes e dos membros da família que os acompanham, por escrito e por via diplomática, antes da data da sua entrada no território da outra Parte.

**Artigo 5.º**  
**Observância do Direito vigente das Partes**

1. A isenção de visto não exclui a obrigatoriedade da observância do Direito vigente das Partes sobre entrada, permanência e saída do território de destino dos titulares dos passaportes nas condições previstas no presente Acordo.
2. O presente Acordo não exclui o exercício do direito pelas autoridades competentes das Partes de recusar a entrada ou permanência de cidadãos da outra Parte, em conformidade com o Direito aplicável.

**Artigo 6.º**  
**Informação sobre passaportes**

1. As Partes trocarão entre si espécimes dos passaportes diplomáticos, oficiais, de serviço e especiais em circulação até trinta (30) dias após a recepção da última notificação de que foram cumpridos os requisitos de Direito interno das Partes necessários para a entrada em vigor do presente Acordo, como previsto no artigo 11.º.
2. Sempre que uma das Partes introduza novos passaportes ou modificações nos anteriormente trocados, deverá notificar a outra Parte mediante o envio do espécime do novo passaporte ou do passaporte modificado até trinta (30) dias antes da sua entrada em circulação.

**Artigo 7.º**  
**Solução de controvérsias**

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à aplicação do presente Acordo será solucionada através de negociação, por via diplomática.

**Artigo 8.º**  
**Suspensão**

1. Cada uma das Partes poderá suspender temporariamente, total ou parcialmente, a aplicação das disposições do presente Acordo por razões de ordem pública, de segurança nacional ou de saúde pública.
2. A suspensão, bem como o seu levantamento, deve ser notificada imediatamente à outra Parte, por escrito e por via diplomática.

**Artigo 9.º**  
**Revisão**

O presente Acordo pode ser objecto de revisão a pedido de qualquer das Partes.

**Artigo 10.º**  
**Vigência e Denúncia**

1. O presente Acordo permanecerá em vigência por um período de tempo ilimitado.
2. Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, denunciar o presente Acordo, mediante notificação prévia, por escrito e por via diplomática.
3. O presente Acordo cessa a sua vigência 90 dias após a data da recepção da respectiva notificação da denúncia.

**Artigo 11.º**  
**Entrada em Vigor**

O presente Acordo e as suas emendas entrarão em vigor trinta (30) dias após a data de recepção da última notificação, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos os requisitos de Direito interno das Partes necessários para o efeito.

**Artigo 12.º**  
**Registo**

A Parte em cujo território o presente Acordo for assinado submetê-lo-á para registo junto do Secretariado das Nações Unidas imediatamente após a sua entrada em vigor, nos termos do artigo 102.º da Carta das Nações Unidas, devendo, igualmente, notificar a outra Parte da conclusão deste procedimento e indicar-lhe o número de registo atribuído.

Feito em La Paz, no dia 29 de Março de 2010, em dois originais, nas línguas portuguesa e castelhana fazendo ambos textos igualmente fé.



PELO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA  
DAVID CHOQUEHUANCA CÉSPEDES  
MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES



PELA REPÚBLICA PORTUGUESA  
LUÍS AMADO  
MINISTRO DE ESTADO E DOS NEGÓCIOS  
ESTRANGEIROS

[ SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL ]

**ACUERDO ENTRE EL  
ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA  
Y LA REPUBLICA PORTUGUESA  
SOBRE  
SUPRESIÓN DE VISAS PARA TITULARES DE PASAPORTES  
DIPLOMÁTICOS, OFICIALES, DE SERVICIO Y ESPECIALES**

**El Estado Plurinacional de Bolivia y la República Portuguesa, en adelante designados las Partes:**

**Animadas por el deseo de ampliar los lazos de amistad y cooperación entre ambos países;**

**Deseando facilitar la circulación de sus nacionales titulares de pasaportes diplomáticos, oficiales, de servicio y especiales;**

**Acuerdan lo siguiente:**

**Artículo 1**

**Objeto**

**El presente Acuerdo establece el marco jurídico para la supresión de visas para titulares de pasaportes diplomáticos, oficiales, de servicio y especiales de las Partes.**

**Artículo 2**

**Definiciones**

**Para efectos del presente Acuerdo**

- a) **La expresión "pasaporte válido" se refiere al pasaporte que, en el momento de la entrada al territorio nacional de una de las Partes, tenga por lo menos tres (3) meses de vigencia;**

- b) La expresión "Miembro de la familia" designa al cónyuge de la persona titular del pasaporte diplomático, oficial, de servicio y especial, así como los descendientes y ascendientes a cargo, conforme la legislación de las Partes.

### **Artículo 3**

#### **Estancias de corta duración**

1. Los nacionales portugueses titulares de pasaporte diplomático o especial portugués válido pueden entrar en el territorio del Estado Plurinacional de Bolivia sin necesidad de visa y permanecer en el mismo por un periodo no superior a noventa (90) días por semestre, contado a partir de la fecha de la primera entrada.
2. Los nacionales del Estado Plurinacional de Bolivia titulares de pasaporte diplomático, oficial o de servicio boliviano válido pueden entrar en el territorio de la República de Portugal sin necesidad de visa y permanecer en el mismo por un periodo no superior a noventa (90) días por semestre, contado a partir de la fecha de la primera entrada en la frontera externa que limita el espacio de libre circulación constituido por los Estados que son Parte de la Convención de Aplicación del Acuerdo de Schengen de 14 de junio de 1985, adoptado el 19 de junio de 1990.

### **Artículo 4**

#### **Entrada y permanencia**

1. Los nacionales portugueses titulares de pasaporte diplomático o especial válido designados y acreditados para prestar servicio en la misión diplomática u oficinas consulares portuguesas en el Estado Plurinacional de Bolivia o que sean designados ante Organizaciones Internacionales en Bolivia, así como los miembros de sus respectivas familias, pueden entrar y permanecer en territorio del Estado Plurinacional de Bolivia sin visa durante el periodo de su misión.
2. Los nacionales bolivianos titulares de pasaporte diplomático, oficial o de servicio válido designados y acreditados para prestar servicio en la misión diplomática u oficinas consulares bolivianas en la República de Portugal o que sean designados ante Organizaciones Internacionales en Portugal, así como los miembros de sus respectivas familias, pueden entrar y permanecer en territorio de la República de Portugal sin visa durante el periodo de su misión.
3. Para los fines consiguientes de los numerales anteriores, cada Parte debe informar a la otra de la llegada de los titulares de pasaporte diplomático, oficial, de servicio y especial designados y acreditados para prestar servicio en la misión diplomática, oficinas consulares o en Organizaciones Internacionales en el territorio de las Partes y de los miembros de la familia que los acompañen, por escrito y por vía diplomática, antes de la fecha de su entrada en el territorio de la otra Parte.

**Artículo 5**  
**Observancia de la legislación de las Partes**

1. La exención de la visa no excluye la obligatoriedad de observar la legislación de las Partes sobre la entrada, permanencia y salida del territorio de destino de los titulares de los pasaportes en las condiciones cubiertas por este Acuerdo.
2. El presente Acuerdo no excluye el ejercicio del derecho de las autoridades competentes de las Partes de rechazar la entrada o permanencia de ciudadanos de la otra Parte, en conformidad con la legislación aplicable.

**Artículo 6**  
**Información sobre pasaportes**

1. Las Partes intercambiarán entre sí muestras de los pasaportes diplomáticos, oficiales, de servicio y especiales vigentes hasta treinta (30) días después de la entrada en vigor del presente Acuerdo, conforme lo previsto en el artículo 11.
2. Siempre que una de las Partes introduzca nuevos pasaportes o modificaciones en los anteriormente intercambiados, deberá informar a la otra Parte mediante el envío de una muestra del nuevo pasaporte o del pasaporte modificado hasta treinta (30) días antes de su entrada en circulación.

**Artículo 7**  
**Solución de Disputas**

Cualquier disputa sobre la interpretación de la aplicación del presente Acuerdo, serán resueltos por negociación, a través de los canales diplomáticos

**Artículo 8**  
**Suspensión**

1. Cada una de las Partes podrá suspender temporalmente, total o parcialmente, la aplicación de las disposiciones del presente Acuerdo por razones de orden público, salud pública o seguridad nacional.
2. La suspensión y su revocación debe ser comunicada inmediatamente a la otra Parte, por escrito y por vía diplomática.

**Artículo 9**  
**Enmiendas**

El presente Acuerdo puede ser objeto de enmiendas a pedido de cualquiera de las Partes.



**Artículo 10**  
**Vigencia y Denuncia**

1. El presente Acuerdo tendrá una vigencia indefinida.
2. Cada una de las Partes podrá denunciar el Acuerdo por escrito y por vía diplomática.
3. El presente Acuerdo concluirá su vigencia noventa (90) días después de la fecha de recepción de la respectiva notificación.

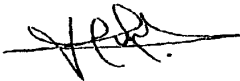
**Artículo 11**  
**Entrada en vigor**

El presente Acuerdo y sus enmiendas entrarán en vigor treinta (30) días después de la fecha de recepción de la última notificación, por escrito por vía diplomática, en la cual se informa que fueron cumplidos los requisitos de derecho interno de ambas Partes necesarios para el efecto.

**Artículo 12**  
**Registro**

Después de la entrada en vigor del presente Acuerdo, la Parte en cuyo territorio fuere firmado lo someterá para Registro ante el Secretario de las Naciones Unidas, en conformidad con el Artículo 102 de la Carta de las Naciones Unidas, debiendo igualmente, notificar a la otra Parte, de la conclusión de este procedimiento indicándole el número de registro atribuido.

Hecho en La Paz el día 29 de marzo de 2010, en dos originales, en los idiomas portugués y castellano, ambos textos igualmente auténticos y válidos.



**POR EL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA**  
**DAVID CHOQUEHUANCA CÉSPEDES**  
**MINISTRO DE RELACIONES EXTERIORES**



**POR LA REPUBLICA PORTUGUESA**  
**LUIS AMADO**  
**MINISTRO DE ESTADO Y DE NEGOCIOS EXTRANJEROS**

[TRANSLATION – TRADUCTION]

VISA WAIVER AGREEMENT BETWEEN THE PLURINATIONAL STATE OF BOLIVIA AND THE PORTUGUESE REPUBLIC FOR HOLDERS OF DIPLOMATIC, OFFICIAL, SPECIAL AND SERVICE PASSPORTS

The Plurinational State of Bolivia and the Portuguese Republic, hereinafter referred to as the Parties:

Prompted by the desire to enhance the bonds of friendship and cooperation between their two countries;

Desiring to facilitate the movement of their nationals holding diplomatic, special, official and service passports;

Have agreed as follows:

*Article 1 Purpose*

This Agreement establishes the legal framework for the waiver of visas for holders of diplomatic, special, official and service passports.

*Article 2 Definitions*

For the purposes of this Agreement

a) The term “valid passport” means any passport which, at the time of entry into the national territory of a Party, has still at least three (3) months’ validity;

b) The term “family member” means the spouse of the person holding the diplomatic, special, official or service passport, and that person’s dependant relatives in the ascending or descending line, pursuant to the Parties’ legislation.

*Article 3 Short-term stays*

1. Portuguese nationals holding valid diplomatic or special Portuguese passports may enter the territory of the Plurinational State of Bolivia without the need for a visa and remain therein for a period not exceeding ninety (90) days per semester, counting from the date of first entry.

2. Nationals of the Plurinational State of Bolivia holding valid diplomatic, official or service Bolivian passports may enter the territory of the Portuguese Republic without the need for a visa and remain stay in it for a period not exceeding ninety (90) days per semester, counting from the date of first entry at the external border delimiting the common area of free movement established by the States parties to the Convention implementing the Schengen Agreement of 14 June 1985, adopted 19 June 1990.

*Article 4 Entry and stay*

1. Portuguese nationals holding valid diplomatic or special passports who are designated and accredited to serve in Portugal's diplomatic mission or consular offices in the Plurinational State of Bolivia, or are appointed to international organizations in Bolivia, as well as members of their families, may enter and remain in the territory of the Plurinational State of Bolivia without a visa for the duration of their mission.

2. Bolivian nationals holding valid diplomatic, special or service passports who are designated and accredited to serve in Bolivia's diplomatic mission or consular offices in the Portuguese Republic, or are appointed to international organizations in Portugal, as well as members of their families, may enter and remain in the territory of the Republic of Portugal without a visa for the duration of their mission.

3. For the purposes of the preceding paragraphs, each Party shall inform the other of the arrival of the holders of diplomatic, special, official or service passports who are designated and accredited to serve in its diplomatic mission or consular offices or with international organizations in the territory of the Parties, as well as the family members accompanying them, in writing and through the diplomatic channel, before the date of their entry into the territory of the other Party.

*Article 5 Compliance with Parties' legislation*

1. The visa waiver does not exempt the passport holders from the obligation to comply with the Parties' legislation on entry, stay and departure from the destination territory, subject to the conditions set out herein.

2. This Agreement shall not preclude the Parties' competent authorities from refusing entry or stay to citizens of the other Party under the applicable legislation.

*Article 6 Passport information*

1. The Parties shall provide one another with samples of their valid diplomatic, special, official and service passports no later than thirty (30) days after the entry into force of this Agreement, as provided in Article 11.

2. Whenever either Party issues new passports or makes changes to those whereof samples were previously provided, it shall so inform the other Party by sending a sample of the new or modified passport no later than thirty (30) days before it begins to be used.

*Article 7 Dispute settlement*

Any dispute over the interpretation of the application of this Agreement shall be resolved by negotiation through the diplomatic channel.

*Article 8 Suspension*

1. Either Party may temporarily suspend, in whole or in part, the application of the provisions of this Agreement for reasons of public order, public health or national security.

2. Any such suspension or its revocation shall immediately be communicated to the other Party, in writing, through the diplomatic channel.

*Article 9 Amendments*

This Agreement may be amended at the request of either Party.

*Article 10 Term and termination*

This Agreement shall be valid indefinitely.

Either Party may terminate the Agreement by giving notice in writing through the diplomatic channel.

This Agreement shall cease to have effect six months after the date of receipt of such notice.

*Article 11 Entry into force*

This Agreement and its amendments shall enter into force thirty (30) days after the date of receipt, through the diplomatic channel, of the last written notice by which the Parties notify one another that all internal legal procedures necessary for its entry into force have been fulfilled.

*Article 12 Registration*

After the entry into force of this Agreement, the Party in whose territory it is signed shall submit it for registration to the Secretary-General of the United Nations in accordance with Article 102 of the United Nations Charter, and shall so notify the other Party, indicating the registration number assigned.

DONE at La Paz on 29 March 2010, in duplicate, in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally authentic.

For the Plurinational State of Bolivia:

DAVID CHOQUEHUANCA CÉSPEDES  
Minister of Foreign Affairs

For the Portuguese Republic:

LUIS AMADO  
Minister of State and Foreign Affairs

[TRANSLATION – TRADUCTION]

ACCORD ENTRE L'ÉTAT PLURINATIONAL DE BOLIVIE ET LA  
RÉPUBLIQUE PORTUGAISE CONCERNANT L'ABOLITION DE VISAS  
POUR LES TITULAIRES DE PASSEPORTS DIPLOMATIQUES,  
OFFICIELS, SPÉCIAUX ET DE SERVICE

L'État plurinational de Bolivie et la République portugaise, ci-après dénommés les « Parties »;

Désireux de renforcer les liens d'amitié et de coopération qui existent entre les deux pays;

Souhaitant faciliter la circulation de leurs ressortissants titulaires de passeports diplomatiques, officiels, spéciaux et de service;

Sont convenus de ce qui suit :

*Article 1. Objet*

Le présent Accord établit le cadre juridique pour la suppression de visas pour les titulaires de passeports diplomatiques, officiels, spéciaux et de service des Parties.

*Article 2. Définitions*

Aux fins du présent Accord :

a) L'expression « passeport en cours de validité » désigne le passeport qui, au moment de l'entrée dans le territoire national d'une des Parties, a au moins trois (3) mois de validité;

b) l'expression « membres de la famille » désigne le conjoint de la personne titulaire du passeport diplomatique, officiel, spécial et de service ainsi que les descendants et ascendants à charge, conformément à la législation des Parties.

*Article 3. Séjours de courte durée*

1. Les ressortissants portugais titulaires de passeport diplomatique ou spécial portugais en cours de validité peuvent entrer dans le territoire de l'État plurinational de Bolivie sans visa et y séjourner durant une période n'excédant pas quatre-vingt-dix (90) jours par semestre, à partir de la date de la première entrée.

2. Les ressortissants de l'État plurinational de Bolivie, titulaires d'un passeport diplomatique, officiel ou de service bolivien en cours de validité, peuvent entrer dans le territoire de la République portugaise sans visa et y séjourner durant une période n'excédant pas quatre-vingt-dix (90) jours au cours de toute période de six (6) mois, à partir de la date de la première entrée à la frontière externe établissant la zone de libre circulation créée par les États parties à la Convention d'application de l'Accord de Schengen du 14 juin 1985, adoptée le 19 juin 1990.

*Article 4. Entrée et séjour*

1. Les ressortissants portugais, titulaires d'un passeport diplomatique ou spécial en cours de validité, affectés à une mission diplomatique ou à un poste consulaire portugais dans l'État plurinational de Bolivie, ou à des organisations internationales en Bolivie, de même que les membres de leur famille respective, peuvent entrer et séjourner dans le territoire de l'État plurinational de Bolivie sans visa pendant la durée de leur mission.

2. Les ressortissants boliviens titulaires d'un passeport diplomatique, officiel ou de service en cours de validité, affectés à une mission diplomatique ou à un poste consulaire bolivien à l'intérieur de la République portugaise, ou à des organisations internationales dans ce même territoire, de même que les membres de leur famille respective, peuvent entrer et séjourner dans le territoire de la République portugaise sans visa pendant la durée de leur mission.

3. Aux fins des paragraphes qui précèdent, chaque Partie informe par écrit et par la voie diplomatique l'autre Partie de l'arrivée sur le territoire de celle-ci de titulaires d'un passeport diplomatique, officiel, spécial et de service affectés à une mission diplomatique, à des postes consulaires ou à une organisation internationale, et de l'arrivée des membres de leur famille qui les accompagnent, avant la date de leur entrée dans le territoire de la Partie hôte.

*Article 5. Conformité avec la législation des Parties*

1. L'exemption de visa ne dispense pas une personne de l'obligation de se conformer à la législation des Parties relative à l'entrée et au séjour dans le territoire de destination des titulaires de passeports, de même qu'à leur sortie dudit territoire, en vertu des conditions fixées dans le présent Accord.

2. Le présent Accord ne prive pas les autorités compétentes de chaque Partie du droit de refuser l'entrée ou le séjour de citoyens de l'autre Partie, en vertu de la législation applicable.

*Article 6. Informations sur les passeports*

1. Les Parties s'échangent les spécimens de leurs passeports diplomatiques, officiels, spéciaux et de service en cours de validité, dans les trente (30) jours suivant la date de l'entrée en vigueur du présent Accord, conformément à son article 11.

2. Lorsque l'une ou l'autre des Parties présente de nouveaux passeports ou modifie ceux précédemment échangés, elle en informe l'autre Partie en lui faisant parvenir le spécimen du nouveau passeport ou de celui qui a été modifié dans un délai maximum de trente (30) jours avant la date de sa mise en circulation.

*Article 7. Règlement des différends*

Tout différend relatif à l'interprétation ou à l'application du présent Accord est réglé par négociation, par la voie diplomatique.

*Article 8. Suspension*

L'application des dispositions du présent Accord peut être suspendue temporairement, en totalité ou en partie, par l'une ou l'autre des Parties, pour des raisons d'ordre public, de santé publique ou de sécurité nationale.

La suspension et la levée de cette mesure sont immédiatement notifiées par écrit à l'autre Partie, par la voie diplomatique.

*Article 9. Modifications*

Le présent Accord peut être modifié sur demande de l'une quelconque des Parties.

*Article 10. Durée et dénonciation*

1. Le présent Accord est conclu pour une durée indéfinie.
2. L'une ou l'autre Partie peut dénoncer le présent Accord, par écrit et par la voie diplomatique.
3. Le présent Accord cesse de produire ses effets quatre-vingt-dix (90) jours après réception de telle notification.

*Article 11. Entrée en vigueur*

Le présent Accord, ainsi que ses modifications, entrent en vigueur trente (30) jours après la date de réception de la dernière notification écrite, par la voie diplomatique, indiquant l'accomplissement des procédures internes de chaque Partie pour son entrée en vigueur.

*Article 12. Enregistrement*

Dès l'entrée en vigueur du présent Accord, la Partie sur le territoire de laquelle il est signé le transmet au Secrétariat de l'Organisation des Nations Unies pour enregistrement, conformément à l'Article 102 de la Charte des Nations Unies, et notifie à l'autre Partie l'accomplissement de cette procédure ainsi que le numéro d'enregistrement.

FAIT à La Paz, le 29 mars 2010, en deux exemplaires originaux, en langues portugaise et castillane, les deux textes faisant également foi.

Pour l'État plurinational de Bolivie :

DAVID CHOQUEHUANCA CÉSPEDES  
Ministre des relations extérieures

Pour la République portugaise :

LUIS AMADO  
Ministre d'État et des affaires étrangères